

CIDADANIA E CULTURA: ENSINO E PRÁTICA NA ESCOLA

STIELTJES, Claudio – UEM – <rtaam2001@yahoo.com.br>

TAAM, Regina – UEM – <rtaam2001@yahoo.com.br>

RESUMO

O trabalho que apresentamos é uma reflexão crítica de um projeto de extensão universitária, elaborado a partir do Programa *Universidade Sem Fronteiras* (SETI/PR). O projeto em tela, intitula-se *Cidadania e Cultura: Ensino e Prática na Escola*. Dele participam professores e alunos da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e um recém-formado do curso de Filosofia. O trabalho vem sendo realizado em duas escolas públicas de Cambira, município do norte do Paraná, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e níveis insatisfatórios na Educação Básica (IDEB). Um dos principais objetivos do Programa e dos projetos a que deu origem é eliminar os chamados “bolsões de pobreza”. Os projetos visam melhorar a qualidade do ensino e promover o desenvolvimento sócio-econômico. Tanto o Programa do governo, quanto o projeto por nós elaborado, são analisados e criticados, tendo como eixos teóricos interpretativos a Educação Libertadora e os princípios da Teoria da Ação Dialógica, de Paulo Freire.

Palavras-chave: cidadania, cultura, ideologia, oprimido, opressor

ABSTRACT

This is a critique of a university extension project that was developed based on the Programa Universidade sem Fronteiras (SEED/PR – Project University Without Borders). The project herein analyzed is called *Cidadania e Cultura: Ensino e Prática na Escola* (Citizenship and Culture: Theory and Practice at School). The project's participants include faculty and students of Universidade Estadual de Maringá (UEM – Maringá State University) and a Philosophy graduate. This project has been taking place in two public schools from the town of Cambira, in Paraná state, which registers a low Human Development Index (HDI) and below-standard levels of Elementary Education Development Index. One of the main goals of this project and of the projects that were developed based on it is to eliminate the so-called "poverty pockets". These projects aim at improving education standards and promoting socio-economic development. Both the project created by the government and the one created at UEM are herein analyzed and critiqued in the context of principles established by "Educação Libertadora" and by "Teoria da Ação Dialógica", by Paulo Freire.

Keywords: citizenship, culture, ideology, oppressed, oppressor

Introdução

Em 11 de julho de 2007 a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Governo de Estado do Paraná edita o Programa de Extensão Universitária: *Universidade Sem Fronteiras* – SETI/PR.

“O Programa tem por objetivo executar uma política de extensão específica para as Instituições Públicas Estaduais e Federais de Ensino Superior do Estado do Paraná, priorizando o financiamento de áreas estratégicas socialmente vulneráveis, nas periferias das cidades paranaenses e de municípios que apresentam indicadores sociais, como o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), insatisfatórios.” O programa de Extensão *Universidade Sem Fronteiras* reúne os seguintes subprogramas: apoio às Licenciaturas, Incubadora dos Direitos Sociais, apoio à Agricultura Familiar, apoio à Pecuária Leiteira, apoio à Efetividade dos Direitos, e Mobilidade Estudantil.

O projeto desenvolvido pela equipe do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Maringá, e que aqui apresentamos, realiza-se dentro do subprograma de apoio às Licenciaturas, e atende escolas de Cambira, cidade do norte do Paraná. Tanto a elaboração do projeto quanto sua execução é realização de um trabalho de equipe multidisciplinar, cujos participantes mencionamos no final deste texto.

A Ideologia do Opressor Oculto

Trabalhamos em Cambira com duas escolas: A Rosa de Lúcia que contempla o ensino fundamental e médio e a César Lattes onde funciona o ensino Fundamental.

A primeira escola da Cambira foi construída na década de 40, na zona rural, onde, ainda hoje, vive metade de sua população uma população que permanece quase estável nas últimas décadas (em torno de 6.860 habitantes). Em 1958, é criada em Cambira a primeira escola da zona urbana. Bem longe do interior do Paraná, a educação era sacudida pelos debates em torno do projeto das Diretrizes de Bases, finalmente votado em 1961. É o ano em que Paulo Freire, às vésperas de defender sua tese de doutorado, na Universidade de Recife, apresenta o texto “A Educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, no II Congresso Nacional de Educação de Adulto. Cunha e Góes (1987, p.11) definem esse momento como aquele em que “maior número de educadores começou a botar a cabeça para fora da sala de aula para olhar e estudar o mundo” e consideram o relato de Freire, no congresso como um marco dessa nova postura.

Dizem que “foi um momento de esperança”. Não para Cambira, que, nesta época só conhecia a educação de 1ª a 4ª séries e cujos professores pouco sabiam do que se discutia nos congressos.

Os alunos de Cambira, as crianças, os jovens e os adultos desta pequena cidade localizam-se num espaço definido com precisão por Paulo Freire (2002, p. 94): “a fronteira entre o ser e o nada”. Cambira, dista apenas a 50 km de Maringá, terceira maior e mais importante cidade do Paraná, todavia mesmo nesta cidade poucos conhecem Cambira. O mundo globalizado não conhece Cambira, até que as políticas públicas neoliberais a tirem do nada, atribuindo-lhe alguns índices a partir dos quais ela será novamente lançada no anonimato dos dados estatísticos.

Paulo Freire sabia como o opressor se esconde atrás das astúcias das palavras; no prefácio que ele escreve para o livro *Multinacionais e Trabalhadores no Brasil* (1979) editado sob a responsabilidade do *Cedetin* (Centro de Estudos Antiimperialista) que denunciava as multinacionais como sendo o braço forte da internacionalização do capital e caracteriza o opressor como imperialista, nome que não lhe permite vestir nenhuma máscara. Paulo Freire observa que uma educação de massa para cumprir seus desígnios libertadores não pode prescindir da compreensão dos mecanismos de desenvolvimento econômico que determinam as tendências de evolução da sociedade. Essa relação é claramente posta por Paulo Freire:

“Todo militante da educação popular é confrontado em sua prática cotidiana, com os problemas econômicos concretos que condicionam a realidade social, a vida das pessoas, em consequência, o processo educativo”.

Cambira, nome de origem indígena, designa um cipó muito abundante na região, cuja flor é roxa, como a terra fértil, boa para o plantio do café, terra que na década de 40, do século XX, atraiu imigrantes italianos e espanhóis. Sua população é afável, e conserva de forma genuína sentimentos calorosos como a hospitalidade. Devemos desculpas pela forma arrogante como chegamos até Cambira e seus habitantes. Com falsa ingenuidade, com uma cumplicidade prepotente, nós, doutores da Universidade, permitimos que fossemos instrumentalizados como parte de um aparelho ideológico de Estado.

Tão logo a SETI lança o Edital do programa *Universidade Sem Fronteiras*, com prazo de 15 dias para elaboração de projetos, concorremos para garantir nossa seleção; sentimos o orgulho da competência ao ver nosso projeto, altivamente intitulado *Cidadania e Cultura: Ensino e Prática na Escola*, selecionado. O projeto elaborado para ter duração um ano (com possibilidade de prorrogação de mais um) teria uma

verba de custeio de 12 mil reais, a atribuição de cinco bolsas de 300 reais mensais para os estagiários não graduados, uma bolsa de 940 reais mensais para o estagiário graduado e finalmente 3 bolsas de 483 reais mensais para os professores orientadores. É necessário estabelecer a diferença entre verba de custeio e a verba gasta com os bolsistas? Ora, a verba de custeio é o que permite operacionalizar os projetos dirigidos às comunidades definidas pelo próprio edital da SETI como carentes.

Sim, os educadores e a Universidade colocam hoje a cabeça fora da sala de aula, porém, é como o anunciava a esperança freiriana?

A lucidez de Paulo Freire alcançou os meandros do processo que compõe a relação entre opressor e oprimido; entender como o oprimido internaliza, compondo a própria subjetividade, com as práticas do opressor e como por sua vez as objetiva tornando-se, não raramente, ele mesmo opressor. A Universidade pública hoje articula-se sobre o tripé, ensino, pesquisa e extensão; a pesquisa e a extensão permitem ao professor não só obter um regime de dedicação exclusiva como a possibilidade de captação de recursos financeiros externos. Os critérios de atribuição desses recursos são estabelecidos frequentemente por medidas de produtividade em que o Currículo Lattes tornou-se, por exemplo, um instrumento. A produção de conhecimentos, ou melhor dizendo a pulverização do conhecimento em pequeno saberes, assumiu um caráter taylorista e fordista. Os mentores da política educacional falam em interdisciplinariedade, em transdisciplinariedade, na formação de grupos de pesquisa, todavia, o resultado evidente é a formação de feudos de especialização dentro das quais cada indivíduo luta junto aos órgãos de fomento pelos prêmios de produtividade que lhe dão a ilusão de resgatar as perdas salariais sofridas pela proletarização da sua categoria profissional.

Os motivos que nos levaram a concorrer ao Edital da SETI estão aqui expostos, e a parte de ideologia que nos cabe também. Sucumbimos, junto com a Universidade, à ideologia neoliberal. Marilena Chauí (2001) analisou, com lucidez, no seu livro *Escritos Sobre a Universidade* como o neoliberalismo, nas interfaces da modernização e da globalização, sitiou a consciência política, a inteligência, a autonomia do ensino que se clama, ainda, superior.

O projeto: denúncia e anúncio

A denúncia no sentido freiriano não é difamatória; é o lugar limite da crítica, a partir da qual anuncia-se, ainda, a esperança de uma ação transformadora de uma realidade indesejada. O que precisamos denunciar: primeiro, o que já fizemos, os motivos que levaram à produção do projeto e que lhe dá um caráter ideológico; segundo, a forma como ao nos colocarmos como senhores de um conhecimento escolhemos uma população alvo que reificamos. Cambira estava lá em algum ponto do mapa do Paraná, numa região delimitada por índices, índices de desenvolvimento humano (IDH), índice de desenvolvimento educacional (IDEB) etc., todos eles resumidos numa expressão: configuravam uma zona caracterizada como um bolsão de pobreza em que vivia uma população, definida pela SETI, como sendo socialmente vulnerável. O nome do programa *Universidade Sem Fronteiras* era sugestivo e alimentava nosso imaginário social. Finalmente a Universidade quebrava as muralhas de seu feudo, e nós iríamos ao encontro, de forma missionária, de uma população que inerte esperava por nós.

Para elaborar o projeto fizemos uma incursão prospectiva em Cambira, visitamos as duas escolas onde este se desenvolveria. Fomos bem acolhidos pelas respectivas direções com a cordialidade natural que caracteriza as pessoas da terra. Encontramos, todavia, a mesma dificuldade relatada por Paulo Freire ao descrever situações vividas quando trabalhou no SESI. Nós éramos os doutores da Universidade, vindos de uma cidade importante do Paraná, uma cidade que alimentava um imaginário de ascensão social, de melhoria de qualidade de vida, de oportunidade; uma cidade onde gostariam de viver e ter seus filhos cursando a Universidade. Não escondiam a surpresa de nós estarmos lá em Cambira; e nós da Universidade sem fronteiras nem sequer percebemos que a surpresa apontava uma relação entre classes sociais, em que a desigualdade já se expressava pelo descompasso entre as formas de abordar a realidade. O mundo dos diretores era o mundo da vida, um estar-lá mergulhado em vivência, cujo teor já tinha constituído uma subjetividade moldada pelas emoções e sentimentos. A realidade nunca tinha deixado de ser luta cotidiana premida pelas necessidades imediatas e os problemas, já estruturados numa condição de vida. E nós lá diante daquela realidade, preocupados com as regras do método e os princípios da correção científica, colhendo dados devidamente registrados em blocos de anotações e questionários. E à medida que as informações eram colhidas com prepotência, acreditava-se que era, dessa forma, possível conhecer e tomar posse da realidade. Conseguimos apenas transformar o que era vivência de um mundo da vida em realidade

reificada, em um objeto de observação. Inicialmente, não tínhamos consciência de que nosso projeto assumia a face oculta da ideologia do opressor.

O alerta veio de uma colega pedagoga que incorporamos a nossa equipe de trabalho; bem instruída na pedagogia do oprimido e libertadora, ela nos orientou e indicou as mudanças a serem introduzidas para podermos atuar não *nas* mas *com* as comunidades escolares. Sugeriu e orientou vários encontros, com professores e direções das escolas, na busca dos temas geradores que deveriam orientar as discussões, onde os temas seriam problematizados. Nossa equipe de trabalho tinha tudo por aprender com aquelas pessoas, que teriam que falar de si, do que era importante para eles, da vida que viviam do sonho que tinham e dos que não se atreviam a ter. As falas que nos chegavam eram *manifestações periféricas* (Freire, 2002, p. 46), que não tocavam as questões fundamentais. Freire (2002, p. 96), nos explica porque é tão difícil captar o que há de mais significativo na situação-limite “Faltando aos homens uma compreensão crítica da totalidade em questão, captando-a em pedaços nos quais não reconhecem a interação constituinte da mesma totalidade, não podem conhecê-la”.

A dificuldade em aprender as dimensões significativas da realidade expressava-se na apresentação dos problemas: o primeiro a ser mencionado foi o não comparecimento de muitos pais às reuniões; depois falou-se das salas de reforço, que não davam os resultados desejados; ouvimos, ainda, muitas referências aos conteúdos de aprendizagem (“insatisfatórios”, “insuficientes”, “os alunos são muitos fracos”). *O beco sem saída* (Freire, 2002, p. 98) apareceu, como manifestação, muitos encontros depois, quando uma relação de confiança começou a se estabelecer. Surgem expressões como: “Sinto uma angústia muito grande”; e também esta: “Professor não é nem mais enfeite, que enfeite você olha”. Estas expressões nos reportam a trechos da *Pedagogia da Esperança*, em que Freire (2003, p. 124) nos fala dos encontros com trabalhadores imigrantes, em diferentes lugares do mundo; em cada frase destas pessoas que buscavam, em países distantes daquele onde nasceram, melhores condições de vida, transparecia um profundo cansaço existencial: “um cansaço que não era físico, mas espiritual, que deixava as pessoas por ele assumidas vazias de ânimo, de esperança e tomadas, sobretudo, do medo da aventura do risco. E a ele, o cansaço, se juntava o que nomeiei ‘anestesia histórica’”.

É tarefa do educador progressista fortalecer a esperança do oprimido e contribuir para a formação de uma compreensão crítica da realidade apontando as contradições do sistema social e as possibilidades de mudanças. É preciso, porém, perguntar, para não

perder a firmeza e o caráter da parte de ações que nos cabem no processo de mudanças da realidade enfrentada, a quantas anda a nossa própria esperança? Há em nós, na equipe, um certo cansaço produzido pelas lutas travadas contra os muros do cinismo obtuso de alguns papelocratas encastelados na máquina burocrática do Estado e confortavelmente sentados nas benesses obtidas pelo dinheiro público que não lhe pertence. O projeto teve oficialmente início no dia primeiro de outubro de 2007 e até o momento ignoramos a cor do vintém da míngua verba de custeio que deveria sustentar a operacionalidade do projeto. Até o momento preenchemos, em cascata, relatórios, planilhas orçamentárias; participamos de incontáveis reuniões que tentavam explicar porque a verba não tinha sido liberada e faziam promessas de uma solução rápida. A cada reunião animava-se nossa expectativa, para depois agonizar na vã espera. Cansaço e indignação com a atitude das instâncias burocráticas que era sentido como descaso, falta de consideração, não só em relação à equipe de trabalho, mas particularmente com a comunidade de Cambira por todos os compromissos assumidos, diante dela, com nossa palavra engajada. Até hoje sustentamos o projeto, mesmo nessas condições de precariedade, tanto os estagiários quanto os orientadores cobrem as despesas absolutamente necessárias, por exemplo as viagens até Cambira, isso é possível fazê-lo graças as bolsas; prática que de uma certa forma, por vias tortas, restabelece um equilíbrio entre a diferença que apontamos, quanto à alocação de recursos, entre a verba distribuída, digo, prometida para os custeios do projeto e o benefício dado aos membros que o compõe.

Aprendemos, com Paulo Freire, uma lição fundamental: enquanto seres históricos não podemos não ter esperanças; se o fizermos, caímos no imobilismo que implica o abandono da luta, junto aos oprimidos, e fortalecemos o opressor. Não é mais possível recuar! A palavra engajada que estabelece uma rede de solidariedade e de cumplicidade e dá à esperança a confiança necessária no possível, não lhe é permitido ter uma segunda voz, cujo perigo é introduzir na ação a ambigüidade. Entramos em Cambira, por ignorância, de forma errada, hoje especialmente graças aos diretores e professores da escola Rosa de Lúcia e da César Lattes, pela coragem, empenho e amor que dedicam aos seus alunos e à educação, pela qualidade de seu caráter, estamos com eles todos e a população de Cambira unidos pela mesma esperança e luta. Não há lugar para a desesperança, gera apatia e desistência da luta política. Junto aos diretores, aos professores, aos alunos, e com quem quiser se juntar a nós enfrentaremos a astúcia das políticas públicas neoliberais que fazem o discurso da globalização, mas são incapazes

de avaliar a extensão e a dimensão da responsabilidade moral e social da palavra empenhada em uma comunidade que elas mesmas definem como socialmente vulnerável.

Nosso projeto poderá, transformar-se, se necessário, numa mobilização política com o cunho de um movimento social. Não esqueçamos o título que lhe foi dado – Cidadania e Cultura: Ensino e Prática na Escola. E, também, não ignoramos que nenhum governo nunca autorgou a Cidadania, sempre foi conquistada historicamente, pela sociedade civil, através das longas e penosas lutas de seu povo.

Observação: A equipe do projeto *Universidade Sem Fronteiras* é composta: Pelo Coordenador professor Dr. Claudio Stieltjes; pelos professores orientadores Dr. José Lourenço Pereira da Silva e pela professora Dra. Regina Taam; por um graduado em Filosofia Jackson Valentin Bastos; por uma graduada em Música Vidlin de Ávila Carvalho; pelos graduandos em Filosofia Rodrigo C. da Costa e Aline C. Dias; por um graduando em Educação Física Dalker R. Walter e por um graduando em Psicologia Leandro C. de Souza.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 33ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio e GOES, Moacyr. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BETO, Frei. **Desafio da educação popular**. Disponível em:
<<http://www.mur.com.br/download/beto>>.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ZITKOSKI, J. J. **Horizontes da (Re)fundamentação em educação popular: um diálogo entre Freire e Habermas**. Alto Uruguai: URI, 2000.

SNYDERS, G. **Pedagogia progressista**. Paris: PUF, 1975.

MACHADO, J. N. **Cidadania e educação**. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. Editora UNESP, São Paulo. 2001.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.